

## **A pós-graduação em Sociologia no Brasil: conquistas e desafios em tempos de globalização**

**Clarissa Eckert Baeta Neves\***

**Josefa Salete Barbosa Cavalcanti\*\***

### RESUMO

A sociologia brasileira se destaca por sua contribuição para a compreensão das sociedades contemporâneas e por sua inserção em grupos de pesquisa e debates teóricos internacionais. Uma importante faceta de tal desempenho é explicada pela vitalidade e internacionalização contínua dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia. Este artigo tem como objetivos compreender o processo de implementação da formação pós-graduada em Sociologia no Brasil; analisar a complexidade dos desafios enfrentados pelos Programas de Pós-Graduação na área; e explicitar as realizações que elevaram a sociologia brasileira ao reconhecimento internacional nos tempos atuais da globalização. O texto está organizado em 3 seções: a primeira analisa as condições atuais de construção do conhecimento em Sociologia, com foco em contextos e requisitos do sistema mundial de ensino e pesquisa. A segunda centra-se nas implicações dos Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPG para a definição de metas e avaliação de programas específicos para enfrentar os desafios contemporâneos. Finalmente, a terceira propõe questões sobre a configuração dos PPGS, apresenta análises das conquistas e relevância do desempenho dos programas de Pós-Graduação em Sociologia, além de destacar o crescente desafio que enfrentam para responder aos requisitos da produção de conhecimento científico das sociedades contemporâneas. Palavras-chave: Pós-Graduação; Sociologia; pesquisa; desafios; globalização.

---

\* Professora Titular do PPG em Sociologia da UFRGS, Pesquisadora do CNPq. Foi membro do Comitê de Assessoramento da Área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq. Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Universidade/GEU/UFRGS.

\*\* Professora Titular do Departamento e do PPG em Sociologia da UFPE, Pesquisadora do CNPq. Integrou o Comitê de Assessoramento da Área de Ciências Sociais-Sociologia do CNPq, Foi Secretária Geral da Sociedade Brasileira de Sociologia (2005-2007) e Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Integrante do comitê executivo RC40 da Associação Internacional de Sociologia.

## ABSTRACT

### THE GRADUATE PROGRAMS IN SOCIOLOGY IN BRAZIL: ACHIEVEMENTS AND CHALLENGES IN GLOBALIZATION TIMES

Brazilian Sociology stands out both for its contribution to the understanding of contemporary societies and for its insertion in research groups and international theoretical debates. An important facet of such a performance is explained by the vitality and continuous internationalization of Graduate Programs in Sociology. This article contributes to understand the process of implementation of graduate education in Sociology in Brazil; analyzes the complexity of challenges faced by Graduate Programs in the area; and explains the achievements that elevated Brazilian Sociology to international recognition in present times of globalization. The text is organized in 3 sections: the first analyzes the current conditions of knowledge construction in Sociology, focusing on contexts and requirements of the world system of teaching and research. The second focuses on the implications of National Graduate Plans - PNPGEs for the structuring and evaluation of specific programs to face contemporary challenges. Finally, the third one proposes questions about configuration of PPGS, achievements, relevance and performance of the graduate programs in Sociology, besides highlighting the growing challenge faced by them to achieve the requirements of scientific knowledge production in contemporary societies.

Keywords: Brazilian Graduate Programs; Sociology; research; challenges; globalization

---

## Introdução

Este artigo tem como objetivos compreender o processo de implementação da formação pós-graduada em Sociologia no Brasil, situando-o no amplo campo da institucionalização dos programas de pós-graduação *strictu sensu* no país; analisar a complexidade dos desafios enfrentados pelos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) para produzir conhecimento e responder às urgentes necessidades da sociedade no desenrolar do século XXI; explicitar as conquistas que elevaram as realizações da Pós-Graduação em Sociologia no Brasil ao reconhecimento internacional em tempos de globalização.

A pós-graduação foi estruturada e definida no Parecer Sucupira em 1965, hoje ainda referência básica, e definitivamente implantada na estrutura universitária com a reforma universitária de 1968. O desenvolvimento da pós-graduação permitiu uma profunda renovação no ensino superior e a institucionalização da atividade de pesquisa nas universidades brasilei-

ras (TEIXEIRA, 1989). Entre os Programas de Pós-Graduação em Sociologia que foram estruturados segundo o que recomendara o parecer Sucupira de 1965, figuram o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, em 1967 (SOUTO MAIOR, 2005), e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, em 1971. Tais evidências sugerem que a área de Sociologia encontrou no novo sistema de pós-graduação, então instalado, possibilidades para o soerguimento da sua área, após a ditadura do governo militar, iniciada em 1964. É, pois, necessário levar em consideração contextos históricos e demandas sociais que animam o desenvolvimento das atividades científicas e, por extensão, dos PPGS no Brasil.

O texto está organizado em três seções. A primeira analisa as condições atuais de produção do conhecimento em Sociologia, focalizando contextos e exigências do sistema mundial de ensino e pesquisa. A segunda apresenta uma revisão histórica do estabelecimento da pós-graduação no Brasil, dos seus desdobramentos e configurações regionais e nacionais, da segunda metade dos anos 1960 ao presente, como também salienta as implicações dos Planos Nacionais de Pós-Graduação –PNPGs– para a definição de metas e avaliação de desempenho de programas específicos, consonantes os desafios contemporâneos. A terceira seção propõe questionamentos sobre a configuração dos PPGS e, em caráter conclusivo, apresenta análises das conquistas e relevância do desempenho dos programas de Pós-Graduação em Sociologia, além dos desafios para responder às necessidades das sociedades atuais.

## 1. Contextos e exigências do sistema mundial de ensino e pesquisa e as condições da produção do conhecimento em Sociologia

Entre os estudiosos contemporâneos, há consenso de que “as formações globais são diversas, enquanto formas sociais e ordens normativas” (SASSEN, 2007, p. 12). Compreende-se que o se fazer de uma *sociedade em rede* (CASTELLS, 1996) se estende aos vários domínios da ação e do conhecimento humanos. Considerando-se o campo particular da Sociologia, cabe aos cientistas desvendarem as dinâmicas desses processos, os atores envolvidos, bem como as possibilidades e os obstáculos que se interpõem ao cruzamento entre fronteiras; fronteiras essas que emergem no movimento dos sujeitos

entre mundos e, não menos, dos cientistas que se movem entre os arcabouços disciplinares.

Essencialmente, o campo de apreensão e a análise dos *nós* e fronteiras que se apresentam nessas realidades dizem respeito aos atores implicados e, cada vez mais, às ciências que tratam da complexidade das mudanças sociais. Quando os contextos institucionais da produção do conhecimento estão em xeque, as instituições devem, elas próprias, se adaptarem às mudanças e construir estruturas flexíveis para responder aos desafios dos novos tempos. A atividade científica, assim como a produção de elementos que fazem o *mundo dos bens* (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1996), assenta-se na desigualdade das relações sociais e nos aspectos simbólicos da distinção entre os sujeitos, e depende de estruturas ágeis de produção e coordenação de atividades, situadas distantes dos centros de recepção e distribuição. Cabe ao cientista reunir estratégias e instrumentos de observação em locais de onde possa captar os diferentes espaços e atores para cruzar fronteiras, como sugere Sassen (2007). Os novos contextos exigem mudança do foco de observação e análise. A configuração dos sujeitos mudou e as formas de abordagem também. As instituições não podem ficar aquém das novas demandas. Em sendo assim, cabe à imaginação sociológica (MILLS, 1967) responder com competência às necessidades dos sujeitos e sociedades, segundo as condições do conhecimento disponíveis no tempo. As instituições desempenham, para Mills, papel essencial nesse processo. Como sugere Cohn: “Entre questões privadas e públicas há um intermediário, as instituições” (COHN, 2013, p. 23).

Claro está que a renovação das instituições não é uma realidade apenas do presente; a mudança é inerente às instituições, como revelam as suas histórias e trajetórias. Mas, se considerarmos apenas a história recente dos grandes centros universitários globais, veremos que, ao contrário das heranças medievais de centros do saber, que funcionavam como instituições quase totais (GOFFMAN, 2001), distantes de realidades particulares, na atualidade, os seus legados persistem como símbolos representados pelo reconhecimento de uma tradição; tradição essa construída pela reverência às trajetórias dos seus mestres e fundadores, realçada igualmente pelos traços extraordinários de sua arquitetura e conhecimentos gerados, emblemas da trajetória institucional. Entretanto, muito do que se realiza sob esses rótulos e selos da qualidade alcançada se faz, maioritariamente, extramuros.

A constante invenção da tradição (HOBSBAWM; RANGER, 1983) é um processo usado para destacar valores e culturas de uma sociedade, segundo a sua utilidade na construção do presente, como o fazem as instituições universitárias. Nota-se, portanto, que as formas de organização e institucionalização da produção do conhecimento e das atividades de formação de recursos humanos dependem sempre das demandas das sociedades, em tempos particulares; dependem hoje, essencialmente, da cooperação entre pesquisadores e cientistas localizados em distintos lugares e degraus da hierarquia acadêmica. Atualmente, ao contrário do pesquisador individual (se houve em algum tempo), a história está aí a revelar a participação de outros não reconhecidos, segundo as desigualdades de gênero, raça e classe, por exemplo. Face à velocidade das mudanças nas sociedades, em curto período de tempo, a produção intelectual organiza-se, cada vez mais, em intercâmbios interinstitucionais, inter-regionais e internacionais ativos.

É bastante evidente que a conjuntura atual requer parcerias importantes entre instituições e pesquisadores. A exigência de uma condição de internacionalização para avaliar positivamente instituições e pesquisadores está presente entre as condições definidas pelas instituições de fomento para validar o desempenho de ambos e, por extensão, o grau de profissionalização e excelência de desempenho da ciência. A Sociologia, que se fortaleceu no auge da industrialização, é chamada a realizar um efetivo esforço para ir ao encontro dos sujeitos excluídos e compreender processos e situações sociais, ao longo e entre as rodas da globalização, sob as quais a inovação tecnológica e os mecanismos de mercado concorrem para expulsar sujeitos dos seus locais e jogá-los aos barcos das incertezas. Não há como enfrentarmos em laboratórios solitários as mudanças no campo. O grau de maturidade da ciência se expressa na sua profissionalização, na sua capacidade de reunir evidências e desenvolver análises e produzir e estimular a crítica.

Através de contínuas trocas acadêmicas, é presumível que a compreensão dos mundos do presente seja ampliada segundo diferentes olhares e em condições favoráveis ao debate efetivo. O campo acadêmico, definido em Bourdieu, não é distinto dos outros campos de poder: tem autonomia relativa, depende dos seus agentes, suas histórias, lógicas de ação e suas formas próprias de capital, como bem assinalam Calhoun, Lipuma, Postone (1995, p. 5). Considerando-se o ritmo de atividades e velocidade dos fluxos, é possível afirmar que, há aproximadamente cinquenta anos passados do início da

presente fase da institucionalização da pós-graduação no Brasil, as exigências da sociedade e das instituições universitárias sobre a produção intelectual eram distintas daquelas do presente; o lapso de tempo entre a produção e a disseminação do conhecimento era, consideravelmente, maior, aqui e em outros pontos do planeta. No presente, cabe ao pesquisador seguir o frenético ritmo exigido para a produção e publicação do conhecimento gerado para alcançar os pontos essenciais de avaliação do seu desempenho, objetivos e desdobramentos das suas pesquisas; isto requer seguir as referências e evidências, mas, mais que isso, requer alcançar através da análise crítica os elementos essenciais para desenrolar a próxima fase da investigação, atentando para as mudanças em curso. Não há, portanto, um tempo indeterminado de pesquisa. Os projetos têm início e fim, um tempo preciso e inadiável.

A demanda de uma produção regida pelos parâmetros da eficiência, rápida distribuição dos resultados e alcance internacional nos mobiliza a todos e está interferindo no cotidiano das instituições de ensino e pesquisa e na vida dos pesquisadores. Isso é amplamente reconhecido, porque o tempo tornou-se elemento extremamente importante para a produção de resultados, apropriação e pronta avaliação. Os projetos de investigação e o tempo formal da pesquisa pelo mundo afora se dão em espaços curtos, entre dois e três anos; reduz-se, cada vez mais, o tempo alocado na base de formulários para a concessão de recursos e atendimento a requisitos e metas previstas. Como transpor os obstáculos para produzir, ter os produtos aprovados, certificados segundo os ritos e ritmos da escalada da presente fase da globalização? Esses são alguns dos desafios que se apresentam a nós, assim como aos outros trabalhadores; em assim sendo, como mudar os hábitos de trabalho, os elementos do campo, ampliar os espaços de observação, construir novas estratégias de produção e de divulgação do conhecimento?

Que alternativas se apresentam ao pesquisador para responder aos desafios da competição instaurada nos nossos ambientes de trabalho e de formar as novas gerações? E, ainda assim, responder com eficiência e competência às exigências de apresentação de resultados com a qualidade exigida para atendimento de metas definidas hierarquicamente e o rigor científico? E que sirvam também para o reconhecimento do impacto e validação das ciências. Tal situação aparentemente nova não nos afasta, no caso da Sociologia, da sua história e dos desafios enfrentados no início da sua institucionalização, como analisaremos.

Entre os pais fundadores e os contemporâneos das ciências sociais, existe uma clara inclinação a delimitar, segundo o que se espera de cada ciência, o campo, objeto e a contribuição dessas ciências às populações e sociedades envolvidas. Definir, por um lado, um objeto principal de estudo, as formas de aproximação, instrumentos de coleta e análise dos dados, e, por outro, ampliar o diálogo com o conhecimento prévio, apresentar justificativa científica e social para o trabalho a ser realizado são exigências entre as cartas de intenção e projetos institucionais trazidos à discussão, quando dos registros de candidaturas de professores às antigas cátedras universitárias, como nas chamadas atuais de seleção de dirigentes para instituições nacionais e internacionais de pesquisa. Entre alguns desses, Durkheim, Weber, Mills, Fernandes traçaram planos para as suas ciências, deixando claras as suas expectativas em relação aos seus objetos, arcabouços teórico-metodológicos e alcance social. Entretanto, a necessidade de validação dessas ciências, segundo o seu impacto social, contrasta com os parâmetros das chamadas ciências duras, o que tem levado a Sociologia, particularmente, a se envolver, em longo tempo, no debate para vencer a persistente crise de sua legitimação ainda em curso. Não sem razão, de Durkheim ao presente, parece haver entre os sociólogos, particularmente, a prática ou “dever” de ratificar, mesmo a duras penas, o lugar e o valor da sua ciência, entre as outras. Isso interfere sobre o reconhecimento da qualidade e do lugar ocupado por cada uma dessas ciências nas relações com o Estado, nas instituições de produção do conhecimento e, por extensão, no tipo de conhecimento gerado (BUROWAY, 2005).

## 2. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação no Brasil – PNPGE e a institucionalização dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia, da segunda metade dos anos 1960 ao presente.

Apesar de impasses gerados e desafios que persistem, a constituição e desenvolvimento de um vigoroso sistema nacional de pós-graduação *stricto sensu*, cobrindo atualmente todas as áreas do conhecimento e apoiado pela CAPES, é um dos fenômenos mais relevantes que ocorreu no ensino superior brasileiro.

Um aspecto a destacar quanto à pós-graduação é que seu desenvolvimento não derivou de um processo espontâneo, mas, sim, de uma política

deliberada de Estado. Isso significou que ela cresceu de forma planejada e orientada. A experiência bem-sucedida na expansão e na qualidade do sistema de pós-graduação deve ser creditada, também, ao contínuo financiamento público e à institucionalização de um processo sistemático de avaliação (NEVES, 2007).

O órgão responsável pela política de pós-graduação e pela consolidação e expansão da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação do Ministério da Educação (MEC). Na constituição da estrutura e desenvolvimento do sistema de pós-graduação, os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) constituíram elementos cruciais (NEVES; MARTINS, 2016). Da década de 1970 até o momento presente, existiram cinco Planos Nacionais de Pós-Graduação.

O PNPGI (1975-1979) tratou da concessão de bolsas para alunos em tempo integral; da extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) e da admissão de docentes de forma regular e programada pelas Instituições de Ensino Superior/IES.

O PNPGII (1982-1985) e o PNPGIII (1986-1989) trataram da consolidação do sistema de pós-graduação; da melhoria do desempenho dos cursos; da avaliação dos programas; da institucionalização da pesquisa nas universidades para assegurar o funcionamento da pós-graduação; e da integração com o setor produtivo.

O PNPGIV (1990-2000) intensificou a expansão do sistema; implementou a diversificação do modelo de PG, introduzindo o mestrado profissionalizante e os mestrados multidisciplinares; implementou as mudanças no processo de avaliação e a inserção internacional da pós-graduação. Importante, neste Plano, foi a criação do Portal de Periódicos da CAPES.

O PNPG V (2005-2010) tratou do crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, da estabilidade e indução; da melhoria do desempenho; do financiamento e da sustentabilidade; da diversificação com a criação de novos modelos; da cooperação internacional; e da avaliação da qualidade.

O PNPG atual (2011-2020) imprimiu novos rumos ao sistema de pós-graduação, introduzindo correções de rota e favorecendo novas experiências, novos arranjos institucionais, para responder às novas agendas de pesquisa, combinando prioridades e campos disciplinares.

Essa política geral de pós-graduação foi secundada por um conjunto de iniciativas e ações que acabaram por assegurar resultados surpreendentes. As Universidades foram estimuladas a constituir Pró-Reitorias encarregadas da pesquisa e da pós-graduação. Dessa iniciativa resultou, em 1985, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação (FOPROP).

Os PNPGs imprimiram uma direção macro-política para a condução da pós-graduação, através da realização de diagnósticos e de estabelecimento de metas e de ações a serem alcançadas, articulados com um amplo sistema de financiamento governamental de ciência e tecnologia. Desde o seu início até o momento presente, as agências de fomento internacionais (como a Fundação Ford, o DAAD etc.) e do governo federal, especialmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), têm mantido um contínuo e substancial apoio ao sistema nacional de pós-graduação.

Os PNPGs e outras medidas correlatas posteriores, com apoio da CAPES, permitiram que a estrutura da pós-graduação fosse construída a partir de procedimentos bem definidos, tais como: indissociação do ensino à pesquisa, estabelecendo uma articulação entre disciplinas com as respectivas linhas de pesquisa dos cursos; a criação de um eficiente sistema de orientação de dissertações e de teses; e a articulação da vida acadêmica nacional com centros relevantes da produção científica internacional. O resultado dessa estrutura acadêmica permitiu a ampliação significativa da comunidade científica nacional e um expressivo crescimento da produção intelectual. A pós-graduação tem um papel dinamizador na renovação de campos específicos do saber através da introdução incessante de novas questões para a investigação (MARTINS, 2003).

Especialmente importante foi a implantação, a partir de 1976, do Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação a cargo da CAPES e fortemente alicerçado na participação direta de membros da comunidade acadêmica. Esse sistema é a base do processo de autorização e reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado e da validação nacional de seus diplomas. O processo de avaliação está baseado na análise dos relatórios anuais de desempenho dos cursos por pares, com revisão dos conceitos, agora a cada quatro anos. A partir de 1998, a escala de conceituação mudou para um sistema numérico de 1 a 7. Três eixos caracterizam a avaliação: (a) ela é feita por pares, oriundos das diferentes áreas de conhecimento e reconhecidos por sua reputação

intelectual; (b) ela tem natureza meritocrática; e (c) ela associa reconhecimento e fomento, definindo políticas e estabelecendo critérios para o financiamento dos programas.

Esse sistema de avaliação opera como referência de qualidade e sinalizador dos patamares de excelência por área e grande área de conhecimento. A participação ampla e autônoma de representantes da comunidade acadêmica em comissões de avaliação deu legitimidade e segurança ao processo, permitindo um incessante e direto diálogo com as próprias administrações das universidades e com os cursos em avaliação.

### 3. A Pós-Graduação em Sociologia no Brasil

A área de sociologia teve seus programas de Pós-Graduação iniciados no final dos anos de 1960. Em 1980, existiam quinze cursos na área, dos quais treze eram de nível de mestrado e apenas dois Programas, o da USP e o do IUPERJ, ofereciam formação em nível de doutorado. Em 1998, havia 29 cursos, passando para 54, em 2016: 21 cursos de mestrado, 1 de doutorado, 30 programas de mestrado e doutorado e 2 mestrados profissionais. Em 2016, foi aprovado o Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional – ProfSocio, um curso semipresencial com o objetivo de propiciar formação continuada para os professores de Sociologia que atuam na Educação Básica ou àqueles que desejam atuar nesta área.

Dos 54 Programas da área, 44% estão localizados na região sudeste, 26% na região nordeste, 19% na região sul, 7% na região centro-oeste e 4% na região norte, respectivamente. Na Avaliação Trienal 2013, a distribuição das notas pelos Programas da área de Sociologia foi a seguinte: 3 Programas com nota 7 (sete), 3 Programas com nota 6 (seis), 12 com nota 5 (cinco), 15 com nota 4 (quatro) 18 Programas com nota 3 (três) e 1 com nota 2 (dois). Na Avaliação Quadrienal 2017 houve uma melhora geral na qualidade dos programas com a seguinte distribuição das notas: 3 Programas com nota 7 (sete), 4 Programas com nota 6 (seis), 10 com nota 5 (cinco), 21 com nota 4 (quatro), 11 Programas com nota 3 (três) e 2 com nota 2 (dois). Ainda foram descredenciados dois Programas de mestrado acadêmico e dois doutorados (BRASIL, CAPES 2017).

A Pós-Graduação em Sociologia sofreu muitas transformações ao longo das décadas 1990 e 2000. Os primeiros cursos de pós-graduação em socio-

logia possuíam uma estrutura curricular muito ampla e abrangente, contando com um corpo docente não adequadamente titulado. Nesses primeiros tempos, as exigências para o mestrado eram demasiado elevadas (44 créditos) e o tempo médio para a titulação era bastante alto (4 anos), segundo os parâmetros atuais, sendo de 5 anos o tempo exigido para a conclusão do doutorado. Seguiu-se a essa etapa inicial um período de transição marcado pelo esforço de qualificação dos docentes que levou os cursos a estimularem o afastamento de um número considerável de seus quadros para a realização de doutorado.

As iniciativas de melhoria dos cursos ocorreram simultaneamente com o processo de implantação da avaliação da CAPES, que apontava a necessidade de rever os problemas da primeira fase. No entanto, a maioria dos programas não se encontrava em condições de atender satisfatoriamente as recomendações advindas da avaliação realizada pela CAPES. Essa segunda etapa foi aos poucos superada, devido a um conjunto de fatores positivos, tais como: (a) melhoria na qualificação dos docentes; (b) intensificação das visitas dos consultores da CAPES aos programas existentes a partir dos anos de 1980; (c) recomendações expressas no processo de avaliação conduzida pela CAPES.

A partir de meados da década de 1980, os programas iniciaram uma série de modificações em termos de duração do curso, revisão da estrutura curricular, inserção de novas disciplinas, definição das linhas de pesquisa e revisão no processo de seleção. Em função dessas mudanças, os programas, de um modo geral, passaram a contar com uma estrutura curricular mais bem definida e com uma compatibilização maior entre as disciplinas ofertadas e as linhas de pesquisa, bem como com um corpo docente mais qualificado academicamente.

No limiar dos anos de 1990, a pós-graduação em sociologia apresentava um quadro acadêmico indicativo de sua estabilização e consolidação. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas no seu processo de institucionalização, a área de sociologia havia expandido e, ao mesmo tempo, apresentava sensíveis avanços em seu desempenho global. As novas potencialidades conduziram a área a um patamar mais alto de excelência acadêmica. O processo de expansão dos cursos de pós-graduação em sociologia contribuiu para a formação de um sistema nacional de ensino e de pesquisa nessa área do conhecimento.

Cabe ainda destacar três aspectos:

- (a) a agenda da pesquisa sociológica vem se complexificando. A Sociologia encontra-se diante de novos fenômenos. Destaca-se o processo de globalização (econômica, política e cultural) que interliga, em novas bases, atores sociais com uma diversidade de fenômenos que ocorrem em escala mundial. As interconexões de fenômenos globais, regionais e locais engendram novos objetos e novas problemáticas: intensificação do fluxo de informações, novos processos de migrações, mobilidade espacial em contexto planetário, novas formas de desigualdade, movimentos sociais globais, aumento de intolerâncias; e essa lista poderia ser ampliada ainda mais. No âmbito da pós-graduação, nos núcleos de pesquisa, nas propostas de dissertações e teses, evidenciam-se os novos objetos e novos questionamentos, induzindo a rever constante e criticamente as opções teóricas e metodológicas;
- (b) o incremento da formação de novos doutores verificada nos últimos anos provocou uma expansão da sociologia voltada também para a produção de respostas aos problemas e demandas dos mais diversos contextos sociais; e provocou também uma expansão da sociologia capaz de criar um processo de interação dinâmica entre os diferentes atores sociais, rompendo assim o confinamento dos sociólogos às atividades de docente-pesquisador;
- (c) as transformações socioeconômicas que perpassaram a sociedade brasileira nas últimas décadas demandaram, de forma crescente, a participação de cientistas sociais em atividades extra-acadêmicas, o que os levou a disputar o mercado de trabalho com outros profissionais, por exemplo, economistas, administradores, jornalistas, especialistas em pesquisas eleitorais e pesquisa de mercado, reativando e renovando a competição profissional com titulados que guardam certa proximidade com as áreas das ciências sociais.

#### 4. Configuração atual dos PPGS: conquistas e desafios dos programas de Pós-Graduação em Sociologia para responder às necessidades das sociedades em tempos de globalização.

A pergunta que orientou o nosso trabalho nos proporcionou explorar o ambiente global no qual a formação de recursos humanos para o ensino e a pesquisa se concretiza, bem como situar as demandas dos sujeitos e das instituições que se engajam na busca de respostas aos desafiantes problemas das sociedades contemporâneas. Os tempos são de mudanças significativas nas relações entre sujeitos, estados e territórios. Os sujeitos, em sua maioria, deslocados dos seus territórios originais estão a perambular visando ultrapassar fronteiras físicas e simbólicas (CAVALCANTI, 2014).

A chegada de alunos e professores provenientes de outros países, continentes e nações é um fato que está se intensificando nos Programas de Pós-Graduação no Brasil, ampliando a diversidade nos espaços acadêmicos dos PPGS das universidades federais, principalmente. Isto revela a visibilidade alcançada pelos nossos programas e o reconhecimento internacional da nossa produção acadêmica. A relevância do desempenho alcançado se expressa, também, em ampliação das demandas de trabalho e ajustes aos padrões internacionais das suas exigências. Para acompanhar o padrão de excelência, segundo critérios internacionais da área de conhecimento, temos que desenvolver conhecimentos e estratégias que contribuam para oferecer aos alunos e professores ambientes de produção do conhecimento que correspondam às demandas suscitadas. A produção do conhecimento está a exigir das instituições de pesquisa e de ensino a atenção aos padrões internacionais de avaliação e de governança.

Há muitos anos, os conselhos científicos e acadêmicos nacionais de países da Europa e dos Estados Unidos pressionam os seus pesquisadores a trabalharem em parcerias internacionais, pressionam que os alunos sejam expostos a conteúdos internacionais em suas aulas e em outras experiências. Isso inclui viagens ao exterior e oferta de cursos que abrangem temas internacionais. Os programas de Pós-Graduação em Sociologia no Brasil incorporaram aos seus ambientes de pesquisa a discussão com parceiros internacionais, a realização de pesquisas cujas perguntas requerem a ampliação de olhares transversais e cruzamentos de fronteiras, em termos dos objetos empíricos, estratégias multidimensionais de apreensão da realidade, aportes

teóricos disciplinares e interdisciplinares. Mas não podemos nos manter em território confortável.

Este é um desafio para todas as áreas de conhecimento. O conhecimento requer diversidade de contribuições e pluralidade (cultural, metodológica e teórica) de juízos. Mas, no caso da Sociologia, há que nos prepararmos para responder ao que vem se delineando como uma pergunta geral, mas recentemente apresentada por Buroway (2005), ex-presidente da Associação Internacional de Sociologia: A quem se destina o conhecimento e conhecimento para que? ('knowledge for whom? 'and 'knowledge for what?'). O autor nos alerta sobre a necessidade de uma afirmação da Sociologia como a ciência que se interpõe entre estados e mercados em defesa da humanidade (BUROWAY, 2005, p. 287).

A defesa de uma “sociologia pública”, tal como propõe Buroway, pode ser criticável, mas não está distante do que já nos alertava Mills (COHN, 2013) e que continua a nos instigar a realizar um trabalho constante de investigação. Esse trabalho requer delimitação de um amplo universo de investigação de mundo entre mundos, ultrapassar e cruzar fronteiras (SASSEN, 2007) nas suas diferentes dimensões, considerando que há objetos e sujeitos, localidades, subjetividades, coletividades, que, para serem compreendidas, dependem de uma ampla divisão do trabalho, olhares e diálogos disciplinares e interdisciplinares.

Em *Contested Knowledges*, Seidman (1994) alerta sobre os limites e margens dos achados científicos, através do prévio reconhecimento das barreiras que inibem a representação dos outros mundos e de outras pessoas; e sobre os equívocos gerados pela separação entre natureza/cultura/sociedade, atribuindo a uma ou a outra um lugar proeminente na investigação. Por outro lado, movimentos vários são organizados contra a falta de reconhecimento de sujeitos e em favor do reconhecimento da diferença (WIERVIOKA, 2009). Esses questionamentos estão na ordem do dia, inclusive com respeito à apropriação do conhecimento.

A Sociologia tem, pois, a missão de responder a essas demandas. Quais são os desafios para uma Pós-Graduação de qualidade?

De um lado temos desafios intrínsecos, como:

- A valorização e exploração do potencial de docentes/pesquisadores. É preciso qualificação e engajamento. A criação e a sustentação de um curso de Mestrado ou Doutorado não devem resultar de uma iniciati-

va arbitrária, mas sim do desenvolvimento natural das potencialidades institucionais. E precisam contar com o total apoio institucional.

- A identificação de nichos temáticos (teóricos e metodológicos) em áreas de conhecimento. O projeto de um Programa deve apoiar-se em compreensão mais ampla do desenvolvimento de uma área de conhecimento, em um contexto sociocultural específico.
- A identificação de demandas (regionais ou nacionais) no tocante à qualificação de recursos humanos. As demandas regionais ou nacionais por recursos humanos qualificados, num campo específico de formação, constituem argumentação importante em prol de um curso de Mestrado ou Doutorado, tanto no que diz respeito às carreiras acadêmicas, quanto no que diz respeito ao mercado de trabalho em geral.
- A sustentabilidade do projeto de um programa de pós-graduação, tanto em termos financeiros, como em termos das garantias de resposta qualificada à missão definida para o curso. A sustentabilidade financeira requer apoio institucional e capacidade de mobilizar recursos de terceiras fontes além de assegurar um bom nível de desenvolvimento de projetos e envolvimento de estudantes em condições de dedicação compatíveis com as exigências do curso. A garantia de resposta à missão do curso depende da capacidade de execução de uma política institucional efetiva de qualificação continuada e de renovação do corpo docente, da inserção internacional e da manutenção de sintonia fina com os diferentes interlocutores principais do Programa.

De outro lado, há os desafios externos:

- (a) Atendimento de expectativas institucionais. Não é raro que a pós-graduação senso estrito seja encarada como sinal de status institucional. Isto faz com que haja, em determinados casos, uma pressão sobre grupos de professores para que acelerem a elaboração de projetos mesmo que em condições não ideais. Tais situações podem ocasionar a elaboração precipitada de projetos que, mesmo reconhecidos pela CAPES, experimentarão situação precária na sua efetiva realização. Ou seja, é preciso planejamento das metas que possam ser realisticamente implementadas e o respaldo institucional para isso é de extrema necessidade para o sucesso do planejamento.

(b) Acomodação às exigências da Avaliação da CAPES. Os documentos que dão estrutura à avaliação da CAPES pretendem não apenas estabelecer os termos e indicadores da avaliação da qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado, mas também orientar as Instituições na construção de seus projetos de curso. Com frequência, é ultrapassada a linha que separa o domínio e as prerrogativas típicas de um processo institucional de avaliação de qualidade e avança-se na esfera de autonomia das IES. A expectativa é de que cabe ao Programa definir sua proposta, imprimindo a sua marca, a sua especificidade, mas, certamente, isso não é um processo tão simples ao depender dos limites dos padrões de qualidade e da comparabilidade do seu desempenho com o de outros.

## Conclusão

A análise realizada considerou a importância dos Planos Nacionais de Pós-Graduação para o desenvolvimento da área de Sociologia, as hierarquias e desigualdades presentes nos espaços de produção do conhecimento, o surgimento de novas demandas e exigências para a institucionalização da disciplina e do ensino em nível de Pós-Graduação; as estratégias e formas de apoio institucionais para a produção do conhecimento e estratégias para a formação de grupos de pesquisas e parcerias globais.

A globalização, ao se afirmar enquanto processo contínuo, nos provoca a entender um modo particular de organização do mundo, ao qual não escapam as instituições acadêmicas, os estados, nem as sociedades. Ao discorrer sobre a coordenação da produção, distribuição e consumo dos bens e condições de trabalho no presente, em geral, especialistas demonstram como os vários aspectos e setores da economia e sociedade foram transformados segundo essa lógica. As instituições universitárias e de pesquisa não escapam dessa maneira particular de organização do mundo: eficiência, competência, velocidade, qualidades, *rankings* estão entre os elementos usados a qualificar e certificar a nossa prática e o reconhecimento global das nossas instituições, regionalmente, nacionalmente, internacionalmente.

No Brasil, os Programas de Pós-Graduação em Sociologia estão oferecendo, com competência, respostas aos problemas da atualidade, ao mesmo tempo delineiam novas interrogações sobre a complexidade dos mundos

contemporâneos; e, a partir dos diálogos com outras fronteiras do conhecimento, reinventam-se, sem perder os rumos da missão e dos limites disciplinares da Sociologia.

## Referências

- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2017), Documento de Área: Sociologia. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos\\_de\\_area\\_2017/34\\_SOCI\\_docarea\\_2016.pdf](http://www.capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/34_SOCI_docarea_2016.pdf). Acesso em: 10 de março de 2017.
- BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2017), Relatório da Avaliação Quadrienal 2017, Sociologia. Disponível em: [https://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios\\_quadrienal\\_2017/20122017sociologia\\_rel%C3%B3riodeavalia%C3%A7%C3%A3o\\_quadrienal2017\\_final.pdf](https://capes.gov.br/images/documentos/Relatorios_quadrienal_2017/20122017sociologia_rel%C3%B3riodeavalia%C3%A7%C3%A3o_quadrienal2017_final.pdf). Acesso em: 20 de março de 2018.
- BURAWAY, Michael. (2005), American Sociological Association Presidential address: For public sociology. *The British Journal of Sociology*, v. 56, Issue 2, pp.259-294.
- CALLOUN, Craig; LIPUNA, Edward; POSTONE, Moishe. (1995), *BOURDIEU Critical Perspectives*. 2. ed. Cambridge; Oxford: Polity Press and Blackwell Publishers.
- CASTELLS, Manuel. (1996), *The Rise of the Network Society*. 1. ed. USA/UK: Blackwell Publishers.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. (2014), Ressignificação dos territórios em um contexto de globalização. In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel; NIEDERLE, Paulo André (org.). *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora Universitária da UFPE. pp. 135-152.
- COHN, Gabriel. (2013), Males privados, Sociologia Pública. O Legado de Wright Mills. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 1, n. 1, pp. 13-33.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. (1996), *The world of goods: towards an anthropology of consumption*. 2. ed. with a new introduction. London; New York: Routledge.
- GOFFMAN, Erving. (2001), *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. 7 ed. São Paulo: Editora Perspectiva.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. (1983), *The Invention of Tradition*. 1. ed. New York: Cambridge University Press.

MARTINS, Carlos Benedito. (2003), A pós-graduação no contexto do ensino superior brasileiro. In: MORHY, Lauro. (org.). Universidade em questão. Brasília: Editora UnB. pp. 175- 206.

MILLS, Charles Wright. (1967), *The Sociological Imagination*. 2. ed. New York: Oxford University Press.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. (2016), Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente. In: DWYER, Tom; ZEN, Eduardo Luiz; WELLER, Wivian; SHUGUANG, Jiu; KAIYUAN, Guo (org.). *Jovens Universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira*. 1. ed. Brasília: IPEA. v. 1. pp. 95-124.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. (2007), Building the Research Capacity: the Brazilian Experience. In: Second Regional Research Seminar for Latin American and Caribbean/UNESCO, 2007, Trinidad.

SASSEN, Saskia. (2007), *A Sociology of Globalization*. 1. ed. New York; London: W.W. Norton & Company.

SEIDMAN, Steven. (1994), *Contested Knowledge: Social Theory in the Post-modern Era*. 1. ed. Cambridge; Oxford: Blackwell Publishers.

SOUTO-MAIOR, Heraldo Pessoa. (2005), *Para uma história da Sociologia em Pernambuco: a Pós-Graduação (1963-2004)*. 1. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE.

TEIXEIRA, Anísio. (1989), Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

WIEVIORKA, Michel. (2009), Diferenças nas diferenças? In: CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa; WEBER, Silke; DWYER, Tom (org.). *Desigualdade, Diferença e Reconhecimento*. Porto Alegre: Tomo Editorial. pp. 15-33.